

Um encarte especial revela o abuso dos gastos com propaganda do governo do estado. Última campanha publicitária custou Cr\$ 500 milhões.

Nº 224
30/04/93

LINHA VIVA

EDITORIAL

O que é isso governador ?

Com alguns telefonemas de Hannover e Milão, onde se encontra com uma caravana milionária, o governador de Santa Catarina Vilson Kleinubing, tenta interferir no processo de escolha dos dirigentes da Eletrosul, defendendo se cabo eleitoral e atual presidente da empresa, Amílcar Gazaniga.

A ação do governador tem a marca da irresponsabilidade, da falta de ética e repercute de forma repugnante nos meios de comunicação. Kleinubing, de maneira leviana, chantageia o governo federal dizendo que se o "seu homem" não permanecer à frente da empresa não fará mais os repasses da concessionária estadual de energia elétrica à Eletrosul, comprometendo assim 65% da sua arrecadação.

Que governador é este, que presta este vergonhoso exemplo? E se os empresários resolverem ameaçar o governo com o não pagamento de impostos? O próprio governador daria legitimidade à prática do calote e da chantagem?

Ao mesmo tempo que joga pesado na defesa do seu correligionário, o governador faz vistas grossas às denúncias de irregularidades cometidas, por outro de seus homens, na Celesc. Ele tem acobertado e patrocinado o uso da estatal com objetivos partidários, gerando um escândalo que já repercutiu no Ministério Público.

Além disso, a maquinação espúria do governador afronta a sociedade não apenas pela imoralidade. É vontade reconhecida da sociedade a exoneração da diretoria da Eletrosul, responsável pelo sucateamento da empresa, por milhares de demissões injustas e por falcaturas da estatutura do "Esquema PP".

Santa Catarina e o Brasil precisam saber quem é este governador, e quem são os seus aliados. Repudiar a sua prática corrompida pela mesquinharia, pelas vaidades pessoais e de grupos políticos.

Moralizar o país é acabar com estas práticas.

Sem resultado

Até o fechamento desta edição, na tarde de quinta-feira, ainda não havia sido decidido pelo governo, como ficaria a direção da Eletrosul. A assembléia dos acionistas continuava aberta, à espera das definições do Palácio do Planalto. A intervenção do governador Vilson Kleinubing conturbou o processo. Sobre isso leia o editorial deste jornal, que será reproduzido hoje nos jornais Diário Catarinense e Correio Brasileiro.

Sindicato Nacional

Acontece neste final de semana, em Pernambuco, o Congresso Nacional dos Urbanitários onde será criado o Sindicato Nacional da categoria. O Congresso foi convocado tendo em vista as divergências ocorridas no congresso da FNTIU, há duas semanas em Brasília. O sindicato a surgir deverá ser democrático e representativo da categoria a nível nacional.

Não Corra

O prazo para optar pelo Plano de Saúde Elos é de 90 dias. Por isto os sindicatos, que estão realizando um amplo estudo sobre a questão, orientam as pessoas no sentido de não se precipitarem. Em breve, através do Linha Viva, será divulgado detalhes baseados em estudos dos curadores eleitos pelos empregados, que irão esclarecer sobre o Plano.



Denúncias sobre a Celesc chegam ao governador

A Intersindical enviou uma carta ao Governador do Estado, Vílson Kleinubing, semana passada, protestando sobre as questões que envolvem a moralização da Celesc. Na correspondência os sindicalistas falam "das contratações irregulares, desnecessárias e contrárias aos fins da Celesc, bem como do acesso ao seu quadro funcional, de ex-prefeitos e de funcionários de prefeituras, substituindo o pessoal de carreira".

Falam também da "terceirização acelerada dos serviços essenciais da empresa, através de empreiteiras, regimento remuneradas, com privilégios contratuais, como reajuste mensal, que aumentam os custos operacionais da Celesc". Discorrem ainda sobre a "queda vertiginosa na qualidade dos serviços ao consumidor, basicamente, pela má qualidade dos serviços das empreiteiras cuja rotatividade, falta de treinamento, condições inse-

guras de trabalho e baixíssimos salários, impede a formação de um corpo técnico qualificado, como é o da Celesc". Comentam também da quantidade de erros de leitura e cortes de fornecimento realizado mediante contrato com empreiteiras, "que vem destruindo a imagem da Celesc, enquanto a sociedade atribui tal responsabilidade aos seus funcionários".

Com relação ao cumprimento do acordo coletivo, a carta da Intersindical "exige o cumprimento integral da proposta formalizada oficialmente pela Diretoria e aprovada em assembleias em todo Estado."

A correspondência encerra solicitando uma audiência com o governador para tratar destes assuntos, "a fim de que possamos evitar outros desdobramentos que certamente advirão se não houver a devida atenção do Governo Estadual".

Eleições em Joinville

A Comissão Eleitoral do Sindicato dos Eletricistas do Norte de Santa Catarina - Sindinorte - avisa que será realizada eleição nos dias 26 e 27 de maio de 1993, para composição da Diretoria e do Conselho Fiscal do Sindinorte, devendo o registro de chapas ser apresentado à Secretaria da Entidade, no horário das 07h

30min às 11h 30min e das 13h 30min às 17h 30min, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, no período de 19 de abril a 5 de maio de 1993. O Edital de Convocação da eleição encontra-se afixado na Sede do Sindicato, sita a rua Max Colin, nº 2368 - Joinville.

vote
3 de maio

Com apoio da Intersindical
SALTINO PEDRON
Para o Conselho de Curadores da CELOS

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Casati (DIRETOR) e Marli Cristina Scamazzon (DIRETORA). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

CUT comemora 1º de maio com ato público em Chapecó

A Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina promove um ato público unificado no próximo dia 1º de Maio em Chapecó preocupada em manifestar para toda a sociedade que os trabalhadores exigem reajuste mensal de salários, garantia de emprego, direito de organização por local de trabalho, e estão atentos para garantir a manutenção de seus direitos durante a revisão constitucional marcada para outubro.

O ato reunirá representantes de diversas categorias sócio-profissionais de todo o estado, marcadamente da região Oeste. Por isso, engloba em sua pauta básica de reivindicações o direito à terra, a necessidade de reforma agrária, e a luta pelo crédito subsidiado com garantia de comercialização da safra agrícola.

Na avaliação do presidente da CUT em Santa Catarina, Ineir Mittmann, "este ato é um momento que deflagra o processo de manutenção dos direitos dos trabalhadores na Constituição Federal, ameaçados pelas organizações patronais". Para a Central, a revisão deveria se restringir a adaptações em consequência do resultado do plebiscito de 21 de abril, como a definição de uma nova lei eleitoral e de organização partidária. Uma reforma mais ampla, na opinião da CUT, só deveria ser realizada em 1995. "O Congresso atual não foi eleito com poderes constituintes", diz Ineir. "Mas nós também devemos estar preparados para a hipótese de revisão ampla".



A decisão do presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, de conferir às comissões de trabalho o poder de discutir aspectos da revisão constitucional já a partir desta semana reforça a possibilidade de realização de uma revisão ampla. O capítulo dos direitos sociais da Constituição terá diversos temas em discussão, no caso de uma revisão ampla. Entram no jogo dos patrões uma proposta para acabar com a jornada de seis horas para

turnos ininterruptos e a licença-paternidade, além de tentar restringir o direito de greve.

A CUT defenderá a pluralidade sindical e o fim do imposto sindical. Alguns setores irão propor, também, o fim da aposentadoria por tempo de serviço e a privatização da previdência. O ato de 1º de Maio ocorre uma semana após o lançamento do plano econômico do governo Itamar, que não contém medidas voltadas para o combate à inflação, mas acena com a possibilidade de retomada do crescimento econômico no país.

O Plano Eliseu vai enfrentar, de cara, a campanha unificada das mais de 200 categorias profissionais com data-base em maio, que tem como pontos básicos de reivindicação o reajuste mensal de salários, a garantia de emprego e a organização por local de trabalho. Nos dois últimos anos a CUT realizou atos políticos marcantes em 1º de Maio. Em 1991, o ato de Criciúma reuniu 10 mil pessoas em preparação à greve geral de 22 e 23 de maio. Em 1992, a manifestação foi em Joinville, e reuniu cerca de cinco mil pessoas. A Central considera possível reunir 10 mil pessoas em Chapecó, no ato que começa às 13 horas, na Praça Coronel Bertaso.

Saúde: Fórum quer conselhos municipais

O Fórum Estadual de Saúde vai canalizar boa parte de suas forças em 1993 para que sejam criados cada vez mais e ao mesmo tempo que funcionem a todo vapor os Conselhos Municipais de Saúde. Esta deliberação, acrescida da necessidade de conscientizar a população sobre a importância do controle social nestes conselhos, foram tomadas na Plenária Estadual de Saúde, que se realizou em Florianópolis, no final de semana passado.

Os 120 representantes de municípios de todo Estado, ligados ao movimento popular e sindical, que estiveram em Florianópolis, observaram também a necessidade de implantar-se imediatamente o Conselho Estadual de Saúde e, através dele, fis-

Jacques Mick

calizar a aplicação das verbas no Sistema Único de Saúde. Eles escolheram ainda a Comissão Executiva do Fórum e o Conselho Político da entidade.

No plano de lutas para 93 estão assinaladas várias batalhas a serem levadas nos próximos meses, como a realização de Conferências de Saúde a nível municipal e fazer com que os recursos do Fundo Municipal de Saúde se destinem à formação de conselheiros.

Uma pesquisa realizada pelo Fórum, constatou que todos conselhos municipais criados e que tem um grande número de membros são mais atuantes. Quanto menor o número de participantes maior a possibilidade destes serem manipulados comprometendo o funcionamento dos conselhos.

O senador Nelson Wedekin e a deputada Luci Choinasky estiveram na plenária defendendo o adiamento da revisão constitucional para 1995 e a necessidade da formação de uma aliança democrática-popular com o objetivo de levar ao poder forças comprometidas com os trabalhadores.

O Fórum vai se preparar ainda para a discussão da parte que cabe à saúde na elaboração dos orçamentos municipais e estadual, regionalizando e municipalizando sua atuação. Ao final da plenária os participantes se comprometeram a enviar moções de repúdio ao projeto de Lei das Patentes, por colocar em risco a soberania nacional no domínio de seus recursos: naturais e no desenvolvimento tecnológico autônomo.



Durante um ano e meio a Celesc alugou o veículo da foto para a empreiteira BB Engenharia. Desde novembro de 92 quando foi devolvido praticamente demolido, o carro está parado na garagem da Celesc, em Criciúma, impréstável. Quem vai pagar a conta dos reparos necessários?



Plenária Estadual foi em auditório da UFSC

TRIBUNA Livre

Crueldade

José Alvaro Cardoso
Supervisor Dieese/SC

A crise econômica brasileira que massacra a sociedade há uns 12 anos, distribuiu desigualmente seus prejuízos entre o capital e o trabalho. Naturalmente em prejuízo deste último. Santa Catarina sedia alguns dos grandes conglomerados econômicos que atuam no país e no exterior como Sadia, Perdigão, Weg, Hansen, Tupy, Brasmotor, etc. O Estado apresentou nas décadas de 70 e 80 índices de crescimento, renda per capita e valor da produção industrial, em regra, superiores à média nacional.

O balanço da economia catarinense em 1992 demonstra que, ao mesmo tempo em que diminuem os postos de trabalho e participação do salário na renda, os grandes conglomerados livram-se da crise e obtêm altas taxas de retorno do capital. A agroindústria catarinense, por exemplo, responsável por 60% de todo frango produzido no país, obteve taxas de rentabilidade elevadíssimas. Só a maior delas, a Sadia, faturou 1,4 bilhão de dólares, totalizando um patrimônio líquido de 495 milhões de dólares.

A indústria, de uma forma geral, continuou desempregando em 1992, fazendo com que só em Joinville, hajam 22 mil desempregados (15,6%). Não fosse a tragédia deste dado, seria cômico lembrar que o Plano SIM do candidato Kleinubing prometia pleno emprego. Apesar da redução dos postos de trabalho, a indústria, no entanto, cresceu em 1992. Entre janeiro e novembro o setor teve uma variação positiva de 33,54% no valor das vendas e de 9,7% em relação a 1991.

A economia do Estado foi, no ano passado, um exemplo da crueldade da crise e das fórmulas adotadas nos últimos anos para combatê-la. As grandes empresas nunca perdem.

A produção industrial brasileira tem dado nestes primeiros meses do ano algum sinal de retomada, apesar de ainda muito tímidos. Em Santa Catarina, o primeiro bimestre do ano obteve um pequeno saldo positivo no emprego. A indústria da transformação registrou 485 admissões a mais que as demissões e a construção civil obteve um saldo positivo de 431.

Estes indicadores de retomada da produção industrial devem ser olhados ao mesmo tempo com cautela e extrema atenção. Cautela por razões óbvias já que os mesmos são muito tímidos. Atenção extrema por ninguém mais do que os trabalhadores sofrem com a recessão e o decorrente desemprego.

O escorpião e a rã

Eduardo Matarazzo Suplicy *

No filme "Traídos pelo Desejo" (The Crying Game), o soldado norte-americano conta para o seu seqüestrador uma conhecida fábula para demonstrar a inevitabilidade da tragédia que viria a acontecer, ou seja, o membro do Exército Revolucionário Irlandês, Ira, iria matá-lo.

Certa vez, o escorpião solicitou à rã que lhe desse uma carona para fazer a travessia do rio. A rã respondeu que não poderia se arriscar, uma vez que o escorpião poderia lhe dar uma ferroada, ao que este retrucou, dizendo que jamais faria isto, uma vez que resultaria no afogamento de ambos. Considerando de bom-senso o argumento, finalmente a rã resolve levar o escorpião nas costas. Mas quando estava em meio à travessia, eis que a rã sente a dor do venenoso ferrão do escorpião:

- Mas você disse que não iria aplicar o ferrão em mim!

- É da minha natureza. Não teve jeito, disse o escorpião.

É da natureza do sistema capitalista que a voracidade, a busca do interesse próprio, o lucro máximo como objetivo-rei, prevaleçam sobre o sentimento de solidariedade, de fraternidade e a busca da Justiça.

Tem sido da lógica do sistema que para se combater a inflação torna-se praticamente inevitável o aumento das taxas de juros que brecam os investimentos, provocando a recessão e a concentração de renda. É também da lógica do sistema que o ingresso de capitais do exterior se dá na medida em que forem altos os rendimentos que se oferecem aqui dentro, portanto, que forem altas as taxas de juros, ainda que isto também possa contribuir para a maior concentração de renda.

O que fazer

Haverá algum meio de se tornar menos perverso o sistema? De conter a inerente voracidade a que tantas vezes são levados os seres humanos, com a introdução de algum instrumento capaz de aproximar a sociedade de um caminho mais civilizado? Haverá algum meio de compatibilizar a retomada do crescimento com a melhoria da distribuição de renda, o combate à inflação com a erradicação da miséria?

Creio que existe, já foi bastante discutido e defendido na literatura econômica por alguns dos mais brilhantes economistas de um largo espectro de idéias e tem começado a ser aplicado, em formas diversas, em inúmeros países.

Trata-se do programa de Garantia de Renda Mínima, através do Imposto de Renda Negativo, proposta que acaba de ganhar importante alento do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, em artigo publicado na edição de 31 de março da revista "Exame".

Ao comentar que não adianta o presidente Itamar transformar em prioridade número um a assistência aos indigentes e, ao mesmo tempo, criar uma fábrica de indigência pela sua política econômica e social, o professor Simonsen diz que o melhor programa para combater a miséria, além das políticas que criassem as condições de retomada de investimentos e de geração de empregos, "é o de renda mínima (ou imposto de renda negativo), defendido por Hayek: em vez de inúmeros programas hoje pulverizados, cada brasileiro teria direito a uma renda mínima, digamos de 20 dólares mensais, segundo a proposta do economista Luiz Guilherme Shimura. Ou seja,

em vez de distribuir cestas básicas, remédios e outros serviços específicos, o governo daria dinheiro a todos, para que fosse usado segundo as preferências de cada um".

"Curiosamente", diz Simonsen, "essa proposta, originária de economistas ditos de extrema direita, é defendida no Congresso pelo senador petista Eduardo Suplicy". É importante o apoio público dado à proposição já aprovada pelo Senado, feito numa hora propícia, pois justamente, nesta semana, o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), está apresentando seu parecer favorável sobre o projeto na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados.

O PGR ou o IRN, de fato, tem sido defendido por economistas à direita e à esquerda. No campo dos que defendem o capitalismo com a menor participação possível do Estado, estão entre os seus propugnadores Friederick A. Hayek, Geor-



ge Stigler e Milton Friedman, dentre os pós-Keynesianos, que defendem uma mais ativa participação do Estado, estão James Tobin e Robert Solow. Todos os citados são laureados com o Prêmio Nobel de Economia.

Cenouras e Porretes

É um dos maiores críticos das instituições da sociedade moderna, John Kenneth Galbraith, em "A Economia e o Objetivo Público" (editora Martins, 1975, pág. 279), quem considera "a previsão de uma renda garantida ou alternativa, como imperativo de direito, para os que não encontram emprego", na forma do imposto de renda negativo, "a mais urgente de todas as reformas. Não se pode alegar", diz Galbraith, "para combater a adoção de uma renda alternativa, que alguns beneficiários não trabalharão. É justo, como dispõe todas as propostas atuais, que o indivíduo que trabalha ganhe mais do que o que não trabalha. Ao assumir o emprego, perderá uma parte, mas não a totalidade de sua renda alternativa, de modo que sempre estará em melhor situação trabalhando do que na ociosidade. O trabalho continuará sendo uma necessidade ineludível da sociedade econômica. Mas o propósito essencial da renda alternativa consiste em impedir que o indivíduo seja obrigado a satisfazer-se com uma renda inferior ao determinado mínimo para conseguir esse trabalho".

Na semana passada, telefonei para o professor James Tobin, hoje com 75 anos, na Universidade de Yale, para lhe perguntar se ainda defendia a

proposta de seus escritos dos anos 60 e 70. Afirmou que continuava a considerar o IRN uma boa idéia, ainda que politicamente difícil de ser aceita na sua forma pura, hoje, nos EUA, onde tem prevalecido "muito mais o uso do porrete que da cenoura".

Observou, entretanto, que nos EUA foi adotado o "earned credit income", ou seja, um crédito ou suplemento de renda, pago uma vez ao ano, a todo trabalhador cuja renda salarial não atinja certo patamar mínimo ao longo do ano, que guarda relação com o imposto de renda negativo, ainda que só para os que trabalhem.

No Brasil, o IRN vem sendo defendido, com algumas variações por Antonio Maria da Silveira, Edmar Bacha, Roberto Mangabeira Unger, Lauro Campos, Paul Singer, Fernando J. C. de Carvalho, Maurício G. Coutinho, Carlos Eduardo Frickmann Young, João Saboia, Fernando Antonio Habda, Fernando Pimentel, Frederico Jayme, Anna Luiza Osório de Almeida, Reinaldo Gonçalves, Og Francisco Leme, Frederico A. de Carvalho, Herbert de Souza, Paulo Nogueira Batista Jr., Carlos Eduardo de Carvalho e Sônia Mirian Draibe, entre outros.

No dia 28.03.93, na Folha de São Paulo, José Marcio Camargo publicou a defesa de uma variação do PGRM, em "Os Miseráveis", no qual identifica como o universo de beneficiários de uma renda mensal de 70 dólares as famílias com filhos de 5 a 17 anos, desde que todos estejam matriculados em escolas públicas.

Embora estimulante a sua proposta, acredito que o PGRM, ao prover aos cidadãos de 25 anos ou mais, cuja renda não atinja cerca de 150 dólares mensais, o IRN, ou seja, de 30% a 50% da diferença entre aquele nível e a sua renda, estará propiciando as condições para os pais poderem enviar seus filhos à escola, em vez de obrigá-los a irem para o trabalho. Há ainda que considerar que o poder público não provê hoje vagas para todas as crianças em idade escolar no Brasil.

Em tese de mestrado recém concluída na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, Samir Cury aplicou tabelas de insumo-produto para estimar qual seria o efeito em 90 segmentos diferentes da economia de uma injeção da ordem de 5% do PIB nas mãos dos que ganham até dois salários-mínimos.

O PIB crescerá 8,7%, com crescimento acima de 20% para os setores de leite e laticínios, indústria farmacêutica, saneamento e abastecimento de água, beneficiamento de arroz, indústria de fumo, outros alimentos e moagem de trigo.

Haveria um incremento de 2.887.000 empregos apenas no mercado formal de trabalho; um aumento de 12% nos impostos indiretos nas três esferas de governo e de 6% nas contribuições previdenciárias. O ganho das receitas tributárias seria da ordem de 2,5% do PIB. O lucro bruto nas empresas crescerá em 9,6%.

Estes resultados indicam que o PGRM, como ressaltava o professor Lauro Campos, da Universidade de Brasília, poderia ser o instrumento que viabilizaria tirar o Brasil da crise de sobre-acumulação e subconsumo, compatibilizando o combate à inflação com o crescimento e a redistribuição da renda. Uma maneira, enfim, de afastar o risco da ferroada do escorpião.

* Senador do PT/Doutor em Economia, Universidade de Michigan.EUA

SUPLEMENTO
ESPECIAL

LINHA VIVA

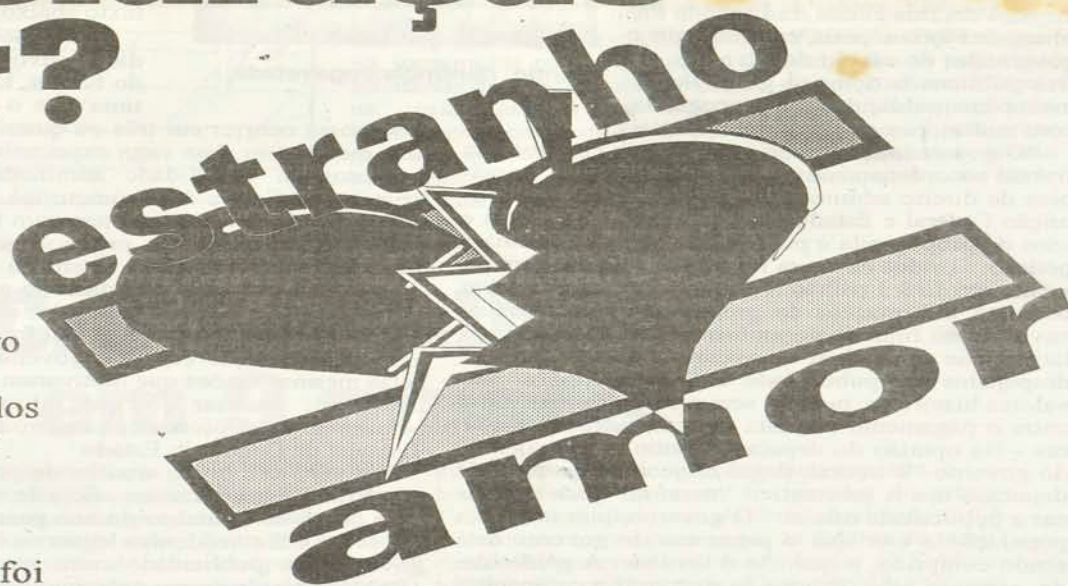
30/04/93

A reportagem de Jacques Mick revela números espantosos. Dezenas de professores poderiam ser pagos com o que Kleinubing gasta para aparecer

O Plano SIM só foi cumprido nas propagandas. A realidade é mais dura do que as imagens publicitárias do governo

Quanto custa uma declaração de amor?

O governador Vilson Kleinubing comprou na semana passada dez páginas dos maiores jornais do estado para mostrar que tem “muito amor por Santa Catarina” e nenhum pelo dinheiro público. Em mais um episódio de gastos excessivos ou ilegais com publicidade - pelos quais poderá ser condenado a devolver boa parte do que foi investido na área desde o início de seu mandato - o governador autorizou o desembolso de pelo menos Cr\$ 500 milhões para exibir à população o que foi “dito e feito” no **Plano SIM** (o programa de governo da União Por Santa Catarina). Só faltou, de fato, mostrar aquilo que foi dito na campanha eleitoral de 1990 - numa rápida olhada um plano muito mais ambicioso do que a realidade que os publicitários a serviço do governo tentaram montar.



**Celesc e Besc desembolsam
muito dinheiro com
propaganda que nada tem a
ver com sua atividade**



Gastos chegam a Cr\$ 20 bilhões por mês

O governo é o melhor cliente dos meios de comunicação de Santa Catarina e faz a fortuna de algumas agências de publicidade. Só a Propague, que detém a maior parte da conta do governo, faturou entre 16 de fevereiro e 16 de março Cr\$ 1,8 bilhão, em comissão de veiculação de comerciais e custos de produção - segundo um relatório da Secretaria da Fazenda. Estimativas baseadas nas informações cedidas pelo gabinete de Comunicação do governo à Assembléia Legislativa e ao Centro das Promotorias da Coletividade do Ministério Público indicam que a gestão Kleinübing chega a depositar mensalmente na conta de rádios, televisões, jornais e revistas cerca de Cr\$ 20 bilhões.

A Constituição Federal diz, em seu artigo 37, que na publicidade oficial não pode "constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos". O artigo foi reproduzido na Constituição Estadual, que o governador uma vez jurou cumprir. Baseado nessa legislação, o deputado estadual Vilson Santin (PT) ingressou no último dia 29 com uma ação popular na Vara dos Feitos da Fazenda Pública, de Florianópolis, exigindo que o governador do estado devolva aos cofres públicos o dinheiro gasto ilegalmente em publicidade e propaganda, com multas, juros e correção monetária.

"O governador do estado tem atuado em violação frontal ao ordenamento jurídico, a normas e princípios de direito administrativo, afrontando a Constituição Federal e Estadual no que tange aos gastos e usos de propaganda e publicidade oficial", afirma a petição. O valor da causa foi estabelecido arbitrariamente em Cr\$ 1 trilhão. O documento afirma, com base em informações do próprio governo estadual enviadas no final de dezembro à Assembléia Legislativa, que entre abril e novembro de 1992, foram despejados em publicidade Cr\$ 11,7 bilhões. São valores históricos, ou seja, sem a correção monetária entre o pagamento e a data de informações. Mentiras - Na opinião do deputado Santin, a propaganda do governo "é imoral, ilegal e inconstitucional". O deputado usa o substantivo "mentira" para qualificar a publicidade oficial. "O governo quer induzir a população a crer que o programa de governo está sendo cumprido, o que não é verdade. A publicidade, como se sabe, deveria se restringir a campanhas de interesse social, tais como as atividades de saúde ou educacionais, e não se constituir em promoção pessoal, com um cunho afrontosamente personalista e com o claro objetivo de manipular a opinião pública", afirma o deputado, repetindo o texto das Constituições.

Santin ataca principalmente o programa semanal "Você pergunta, o governador responde", exibido nas manhãs de sábado pela RBS-TV e transcrito integralmente na edição do Diário Catarinense nas segundas-feiras. Segundo o governo, só entre abril e

novembro do ano passado as respostas ensaiadas do governador comeram Cr\$ 1,4 bilhão de autêntico dinheiro público, em valores históricos. O governo afirma que o programa foi custeado por seis órgãos da administração indireta: Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Codesc), Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), Departamento de Terminais Rodoviários (Deter), e Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). "É um escândalo o que estas empresas estão fazendo. Na

ação elas são arroladas como co-responsáveis por essa propaganda política escancarada da União por Santa Catarina", diz Santin. Resposta da Celesc a um pedido de informações da Assembléia Legislativa, enviada aos deputados em setembro de 1992, comprova que as empresas públicas não financiam apenas essa pequena fatia do bolo publicitário oficial (veja texto abaixo).

Lentidão - A Justiça tarda. O advogado do deputado Santin, Luiz Fritzen, estima que o julgamento da ação possa ocorrer em três ou quatro anos, mas ele pelo menos tem uma vaga expectativa de tempo. O promotor da moralidade administrativa, Raulino Brunnig, do Centro das Promotorias da Coletividade do Ministério Público, não tem nem idéia de quando poderá transformar em processo as investigações que vem realizando desde setembro do ano passado sobre os gastos em publicidade do governo Kleinübing. Brunnig à época recebeu dos deputados Vilson Santin, Herneus de Nadal e Onofre Santo Agostini uma representação contra o governador do estado, pelas mesmas razões que motivaram a ação popular. Depois de analisar diversas informações cedidas pelo governo, o promotor esbarrou na lentidão do Tribunal de Contas do Estado.

Foi para este órgão auxiliar do poder Legislativo que Brunnig enviou o seu ofício de número 399, datado de 16 de setembro do ano passado. Queria saber se o TCE considerava legais ou não os gastos do governo em publicidade entre janeiro e julho de 1992. O presidente em exercício do Tribunal, Salomão Ribas Júnior, respondeu dois dias depois: o pedido foi enviado "à assessoria deste gabinete para as providências que se fizerem necessárias". Sete meses depois, o TCE permanece calado - talvez à espera da providência divina. "O Tribunal de Contas é um órgão inoperante", critica Brunnig.

O promotor tem nas mãos informações interessantes. Ele lista os gastos com propaganda do governo em fevereiro de 1992, em cruzeiros da época: 116 milhões para a questão da agressão aos aposentados; 298 milhões para o sorteio do ICMS; 15 mi-

lhões para o fechamento da BR-101; 396 milhões para a prevenção à AIDS, com verba do Ministério da Saúde; 90 milhões para propaganda da cesta básica; 150 milhões para a reforma salarial do magistério; 131 milhões para volta às aulas; e 30 milhões no balancete de janeiro de 1992. Disso tudo o promotor só considera legais os gastos com a prevenção à AIDS e com o balancete. "O governo tem gastos em excesso com publicidade", afirma o promotor da moralidade administrativa. Só naquele mês o governo Kleinübing depositou Cr\$ 1,2 bilhão na conta da publicidade. Corrigida, essa cifra chega hoje a Cr\$ 21,9 bilhões - ou Cr\$ 730 milhões por dia, duas vezes e meia o que foi pago na semana passada para os jornais do estado. Descontadas as campanhas consideradas legais pelo procurador, restariam "apenas" Cr\$ 15 bilhões de exagero. Em um mês.

O que o governo gasta em publicidade é um escândalo desde o início da gestão Kleinübing. Entre 15 de março e 28 de abril de 1991, o governo despejou nos cofres de oito jornais, quatro emissoras de televisão e duas agências de publicidade Cr\$ 7,8 bilhões (valor corrigido). Era o bastante para pagar o salário de dois mil professores. O promotor Raulino Brunnig aposta em uma saída constitucional para barrar esse tipo de abuso - à sombra da lentidão do TCE.

"Encaminhamos no mês passado um ofício ao presidente Itamar Franco, pedindo que ele nos envie os estudos e pareceres que embasaram a criação do decreto federal que disciplina os gastos com a publicidade", diz o promotor. Nessas informações, Brunnig espera encontrar uma definição mais precisa do que é abuso e uso normal da publicidade, para voltar ao ataque. Aos que acreditam na possibilidade de controlar a sanha propagandística do governo Kleinübing, o promotor deixa uma frase feita: "Não gosto de entrar numa briga e sair perdendo". Se, apesar de tardia, a Justiça não for falha, pior para o governador: "Caso fossem considerados ilegais ou excessivos os gastos com publicidade e ele precise ressarcir aos cofres públicos o seu dano, certamente o governador não terá patrimônio suficiente", diz Brunnig.



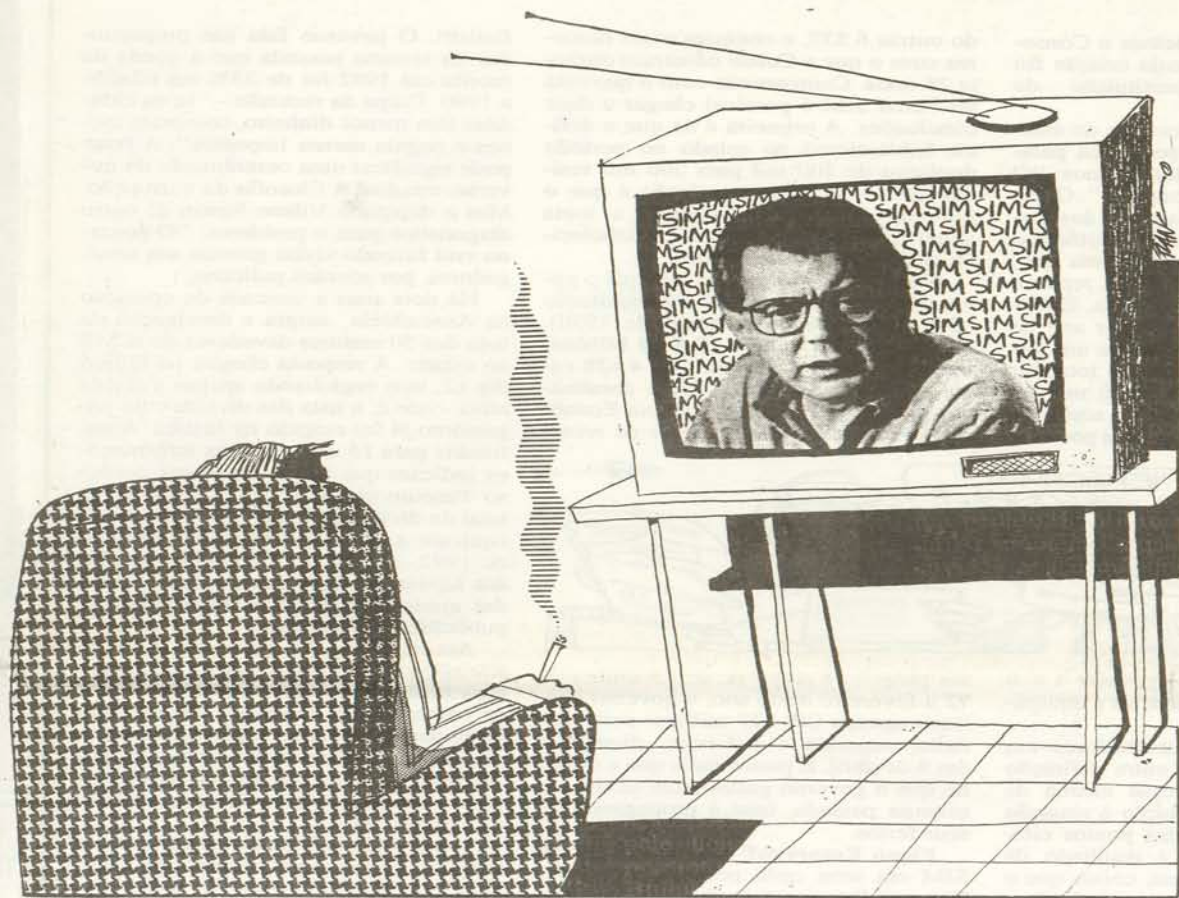
Procurador diz que Tribunal é inoperante

Besc não sabe quanto desembolsou

Quando os assuntos são os gastos do Banco do Estado de Santa Catarina em publicidade, a “transparência administrativa” proclamada no Plano Estratégico da administração Mércio Felsky vai para o espaço. A pergunta: “Quanto o Besc gasta em propaganda e quanto deste montante vai para as campanhas do governo do estado?”, Felsky manda responder: “Pergunte para o Ênio Branco (o secretário de Comunicação)”.

O segundo item dos princípios do Plano Estratégico diz “que todos os atos e fatos comerciais e administrativos da instituição devem ter como base os princípios da ética, da transparência e do profissionalismo”. Nem o gerente do Departamento de Marketing (Demak) do Besc, Alcides Ramos Carneiro, sabe quanto o banco gasta com a propaganda do governo do estado. Carneiro ocupa a gerência do Demak desde maio de 1991 e é empregado do Besc há nove anos. Apesar de o banco ter crescido substancialmente nos últimos dois anos - 16 novas agências e 83 novos postos foram criados - “o Besc é entre todos os bancos estaduais certamente o que menos investe em mídia”, afirma Carneiro. Em mídia de si mesmo.

O Demak não tem nem mesmo orçamento específico. As campanhas publicitárias deflagradas pelo banco são sempre para fortalecer produtos específicos, como caderneta de poupança e commodities, ou em datas “comemorativas”, como os dois anos da gestão Felsky em março. Cada campanha é aprovada em reunião da diretoria, realizada pela agência Propague, e paga pela diretoria de Finanças. O Besc assina, juntamente com a Celesc e a Codesc, todas as peças publicitárias da campanha das “provas de amor a Santa Catarina”, mas Carneiro diz: “Não sei qual a participação do banco nessa campanha e o Demak não fez qualquer orçamento para a sua realização”. O gerente de marketing ensaia uma crítica: “Essa campanha não tem nada com a atividade fim do banco”.



Celesc bancou Cr\$ 1,5 bilhão em propaganda em 9 meses

As Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) tirou de seus cofres Cr\$ 1,5 bilhão entre novembro de 1991 e julho de 92 para pagar a conta de publicidade do governo Vilson Kleinübing. Os pedidos de inserção de comerciais enviados no mesmo período pela agência que tem a conta da empresa, a Artplan, aos diversos veículos de comunicação comprovam que o valor corresponde a um terço do total de gastos da Celesc com propaganda.

Os números estão nas mãos da Assembleia Legislativa do estado desde 17 de setembro do ano passado. São a resposta imprecisa da Celesc a um pedido de informações aprovado pelos deputados. O item VII do pedido de informações requeria a lista de valores pagos pela empresa para a propaganda do governo estadual. A Celesc respondeu com uma palavra: “prejudicado”.

O assunto poderia ter ficado por aí. Os 11 maços de pedidos de inserção comercial da Arplan autorizam, em sua maioria, pequena quantidade de anúncios em dezenas de rádios de todo o estado. Tratam principalmente de duas campanhas: sobre a nova sistemática de pagamento das contas de luz; e para evitar o corte.

Mas no meio da papelada foram encontrados, desordenados, pedidos de inserção de balancetes mensais da Secretaria da Fazenda em abril, maio e junho do ano passado, entre outros comerciais. Os beneficiados com a propaganda governamental paga pela Celesc foram jornais e uma revista: Diário Catarinense; O Estado; Jornal de Santa Catarina; A Notícia; Jornal da Manhã, de Criciúma; Correio Lageano; Diário da Manhã, de Chapecó; Gazeta Mercantil; e revista Expressão. Só com a remessa do encarte de 12 páginas com que o governo “comemorou” seu primeiro ano de

mandato, em 19 de março do ano passado, a Celesc depositou na conta dos jornais do estado Cr\$ 411 milhões, em valores atualizados. “A Celesc não existe para pagar as faturas de publicidade do governo”, afirma o diretor do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, Glauco Marques. Para ele, “os gastos da empresa com publicidade deveriam se restringir ao esclarecimento da população quanto aos seus serviços, e não usados para promover o governador”. Os pedidos de inserção não comprovam o pagamento de nenhum gasto do governo do estado em rádios ou televisões. Mas levantam suspeitas sobre outro tema, a convivência do jornalismo com a “linha editorial” determinada pelo departamento comercial. A Celesc patrocinou, no período abrangido, os dois telejornais da TV Barri- ga Verde.



Campanha publicitária pagaria salário de 106 professores

Os Cr\$ 500 milhões que foram para os departamentos comerciais dos jornais Diário Catarinense, A Notícia, Jornal de Santa Catarina e O Estado poderiam ter pago a 106 professores o mesmo valor do contracheque recebido por Moacir Paulo Fiorese em março. O professor, contratado temporariamente para lecionar 20h por semana, recebeu no último dia 25 Cr\$ 4,7 milhões, correspondentes aos salários acumulados de fevereiro e março, já reajustados.

O paradoxo entre o que é gasto em publicidade - valores sempre muito escondidos pelo governador e seus subordinados, inclusive nas empresas públicas - e os poucos investimentos nas áreas essenciais do Plano SIM não aparece nas páginas dos jornais da semana passada. Saúde, Instrução e Moradia eram prioridades no livreto de 46 páginas que os candidatos Kleinübing e Konder Reis (o vice) distribuíram durante a campanha eleitoral de 1990. "Hoje, na verdade, este governo não tem nenhuma prioridade", afirma o permanentemente crítico Antônio Batistti, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do estado (Sintesp).

Saúde? - A Plenária do Fórum Popular Estadual de Saúde, realizada no fim de semana passado em Florianópolis, foi ácida nas críticas aos investimentos do governo do estado no S do Plano SIM. A "absoluta prioridade" do Plano para a medicina preventiva foi absolutamente esquecida: "É só por sorte que a cólera ainda não chegou a Santa Catarina", diz o professor do Centro de Ciências de Saúde da UFSC, Marco Da Rós, presidente do Sindicato dos Professores da instituição. A julgar pelo texto das propagandas da semana passada, a prioridade foram os investimentos na ampliação das unidades hospitalares - de fato, uma necessidade urgente. Mas, apesar disso, "há novos equipamentos chegando da Alemanha que não têm sequer onde ser colocados, porque o sistema de saúde é ruim", avalia Da Rós. Os participantes da Plenária ainda criticaram a transferência da direção do Hospital Regional de São José a Ademir Nienkotter, que provocou o surgimento "de 18 modelos diferentes de corrupção", segundo Da Rós.

Vale lembrar ainda de um dos objetivos presentes no item "A Modernização da Rede Hospitalar" do Plano SIM: "duplicar o número de leitos existentes no Hospital Nereu Ramos para pacientes portadores de Aids". Uma unidade inteira de tratamento de adictos, com sete vagas, permanece ociosa no hospital, pela falta de pessoal especializado. "Falta é política de saúde para o governo do estado", critica Mauri Antônio da Silva, integrante da Comissão Intersindical de Saúde em Ambientes de Trabalho (Cisat). "É por isso, e também porque o governo não quer o controle so-

cial, que nós ainda não temos o Conselho Estadual de Saúde, cuja criação foi determinada pela Constituição de 1988".

Instrução? - Os professores do estado se acostumaram a repetir uma palavra-de-ordem nos dois últimos anos: "O Plano SIM é um não à educação". O governo responde, na propaganda dos jornais, que "todas as condições estão garantidas" para a educação. Conta que, desde março de 1991, construiu, reparou ou reformou 1.419 salas de aula. E menos do que prometeu fazer por ano na recuperação e reequipamento de um terço da rede física escolar, para totalizar 5.760 salas em quatro anos. É menos, também, que a promessa de construir e/ou substituir 360 salas de aula por ano,



totalizando ao final do governo 1.440 novas salas com dependências e equipamentos.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do estado dá outra definição para aquilo que o governo chama de "conquistas reais em relação à situação anterior". "A maioria dos pontos citados nessa propaganda é resultado da mobilização do magistério, coisas que o governo não iria dar sem pressão", diz a diretora do Sinte, Ideli Salvatti.

O progresso funcional "Acesso", a regulamentação da aposentadoria especial para especialista em assuntos educacionais, e as gratificações especiais, por exemplo, foram resultado de acordo realizado no ano passado após paralisações de professores por todo o estado. As promoções para 23 mil professores, citadas na publicidade, foram estabelecidas em lei de janeiro de 93, mas até março ainda não haviam sido pagas. Além disso, duas outras "conquistas" citadas pelo governo são consideradas um "retrocesso" pelo Sinte. Uma é o prêmio por assiduidade - "um estímulo aos fura-greves", na avaliação do Sindicato - e a outra é a incorporação de aulas excedentes - "uma medida antipedagógica, que depõe contra a qualidade de ensino". Além disso, o Sinte faz questão de lembrar ao governo que os Cr\$ 60 bilhões destinados para treinamento de pessoal em 93 são integralmente do Salário Educação - nada veio dos recursos do estado.

Moradia? - A terceira prioridade do Plano SIM mereceu pouco mais de dez linhas nas propagandas da semana passada. O governo diz, objetivamente, que já entregou 4.428 casas e está construindo

de outras 6.537, e compara esses números com o que a Cohab construiu durante 25 anos. Comparando com o que está no Plano SIM é possível chegar a duas conclusões. A primeira é de que o déficit habitacional no estado no período duplicou de 100 mil para 200 mil residências. A segunda conclusão é que o governo não está cumprindo a meta anual de 10 mil novas casas, estabelecida em seu plano de governo.

Não é só isso. Do montante que o governo pretendia investir em habitação (Cr\$ 25 bilhões em agosto de 1990), pouco mais da metade (Cr\$ 14 bilhões) viria do governo federal. Das 4.428 casas já entregues, 3.021 foram construídas pelo convênio com a Caixa Econômica Federal. O investimento de recur-

sos próprios é pequeno: de novembro de 92 a fevereiro deste ano, o governo destinou apenas Cr\$ 619 milhões para moradia, segundo o balancete divulgado em 8 de abril. É pouco mais que o dobro do que o governo gastou num só dia, na semana passada, com a propaganda de seus feitos.

Pleno Emprego? - A base do Plano SIM era uma certa política do "Pleno Emprego" (veja texto abaixo), mas isso parece não ser aplicado aos servidores públicos. "O único incentivo que os servidores receberam durante este governo foi para a demissão voluntária em setores estratégicos", diz Batistti. Entre janeiro e outubro do ano passado, essa política gerou a "demissão voluntária incentivada" de 1.409 trabalhadores de órgãos públicos e autarquias. Só no Departamento de Estradas de Rodagem (DER), foram 531 demissões: "Restabelecer a dignidade do DER é uma imposição", estava no Plano. No dicionário político da União por Santa Catarina, a palavra dignidade não deve ter qualquer relação com direito a emprego.

Batistti olha para a propaganda que diz que o governo gastou 72% do orçamento em folha de pagamento e diz: "Ao governador interessa pagar mal e responsabilizar todos os servidores pelo gasto com a folha de pagamento, mas dos 25 mil trabalhadores da saúde e das autarquias, metade ganha até Cr\$ 5 milhões por mês brutos". O sindicalista pergunta e o governador não responde: "Por que o governo se nega a fornecer a lista dos salários dos servidores à imprensa e à população?"

A "briga dos números" não tem fim - afinal, a "matemática aceita tudo", diz

Batistti. O governo fala nas propagandas da semana passada que a queda da receita em 1992 foi de 23% em relação a 1990. Culpa da recessão - "se os cidadãos têm menos dinheiro, compram menos e pagam menos impostos". A frase pode significar uma contribuição do governo estadual à filosofia da corrupção. Mas o deputado Vilson Santin dá outro diagnóstico para o problema: "O governo está fazendo vistas grossas aos sonegadores, por acordos políticos".

Há dois anos a bancada de oposição na Assembleia exigia a divulgação da lista dos 50 maiores devedores do ICMS no estado. A resposta chegou no último dia 12, mas englobando apenas a dívida ativa - isto é, a lista das dívidas cujo pagamento já foi exigido na Justiça. Atualizadas para 15 de março, as informações indicam que as 50 empresas devem ao Tesouro estadual Cr\$ 1,5 trilhão. O total da dívida ativa, de Cr\$ 3,3 trilhões, equivale a 20% do orçamento estadual de 1992, de Cr\$ 15,7 trilhões. Na pior das hipóteses, o pagamento dessas dívidas ajudaria a saldar a conta anual de publicidade do governo.

Amaciante - O gasto do governo Kleinübing com publicidade é suficiente para fazê-lo o melhor cliente dos meios de comunicação do estado. Se isso não basta para que jornais e televisões saiam por aí inventando notícias a favor do governador, pelo menos acalma os ânimos potencialmente críticos dos departamentos comerciais.

A recente viagem do governador a Hannover é um bom exemplo da cumplicidade governo/meios de comunicação. Assim como ocorreu no ano passado em sua viagem para Washington, Kleinübing foi acompanhado de repórteres de jornais e televisões que, em Florianópolis, afirmam não ter dinheiro sequer para pagar bons salários a seus funcionários. Antes e depois de cada notícia vinda da Alemanha, aparecia a explicação: "apoio institucional do governo do estado de Santa Catarina - Estado de Trabalho". O slogan, pelo menos, serve para as agências de publicidade que têm a conta do governo.

À parte a cumplicidade e as divergências da política e da matemática, é um fato que o governo não está cumprindo as prioridades estabelecidas pelo Plano SIM. Como diz Marcos Da Rós, "o governo tinha o Plano SIM, mas não priorizou saúde, instrução ou moradia. O plano podia mudar de nome. Podia ser Plano NEM - nem uma coisa, nem outra". Ou, nas palavras de Aldous Huxley no livro Admirável Mundo Novo, "os maiores triunfos da propaganda foram obtidos não fazendo coisa alguma, mas deixando de fazê-las. A verdade é grande, mas ainda maior, de um ponto de vista prático, é o silêncio sobre a verdade".